

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

Aos 30 dias do mês de junho de 2021, pelas 9 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

**9h00**

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - Proposta de Lei n.º 97/XIV/2.ª (GOV) - **Altera a Lei-Quadro das Fundações** - Relator: Deputado António Filipe (PCP);
  - Proposta de Lei n.º 101/XIV/2.ª (ALRAA) - **Vigésima oitava alteração ao Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas** - Relatora: Sara Madruga da Costa (PSD)
5. **Discussão e votação na especialidade, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 128.º do RAR, dos seguintes Projetos de Resolução:**
  - 1241/XIV (Ninsc CR)** - Criação de Centros de Abrigo Social para a Comunidade LGBTQI+;
  - 1280/XIV (BE)** - Criação de estruturas de apoio multisectorial de âmbito local para as pessoas LGBTI;
  - 1288/XIV (Ninsc JKM)** - Pelo reforço das respostas locais de acesso a alojamento e habitação e pela garantia dos direitos sociais das pessoas da comunidade LGBTQI+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional;
6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
  - A) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN para audição com carácter de urgência da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade no seguimento da não assinatura da carta sobre direitos LGBTI+ na Hungria;**
  - B) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do encarregado da proteção de dados da Câmara Municipal de Lisboa, Luís Feliciano, por considerar que, após a audição do Presidente da Câmara de Lisboa ficaram ainda por esclarecer muitas questões que envolvem esta polémica da divulgação de dados pessoais;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIV/2.<sup>a</sup>SL

C) Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Plataforma Sindical formada pela Associação Sindical dos Conservadores de Registo (ASCR), pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado (STRN) e pelo Sindicato Nacional dos Registos (SNR), para expor os problemas que afetam o sector dos registos e notariado;

D) Requerimentos sobre a alegada disponibilização por entidades públicas de dados de cidadãos, utilizadores dos respetivos sítios na *Internet*, para exploração comercial pela Google e outras empresas:

- para audição da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a requerimento do PCP (em conjunto com 13.<sup>a</sup> Comissão), BE e PSD;

- para audição do Eng. Lino Santos, Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) previamente à audição da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a requerimento do PS;

- para audição da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a requerimento do BE (como ponto adicional da audição de 1 de julho) e do PSD;

7. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 613/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - [De saudação ao Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa](#);

8. Outros assuntos.

II Parte - 10h00

Audição da Senhora Ministra de Estado e da Presidência, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Aberta a [reunião](#), o Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, deu início à ordem do dia, tendo anunciada a baixa das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 102(XIV/2. <sup>a</sup> (GOV)	<a href="#">Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga</a>	23-06-2021	23-06-2021	Comunicado em 30-06-2021	INFARMED <i>Solicitado o agendamento s/ tempos para a sessão</i>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL

					plenária de 2 de julho
PPL 103(XIV/2.ª (GOV)	<a href="#">Altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário e o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais</a>	29-06-2021	26-06-2021	Comunicado em 30-06-2021	CSM, CSMP, OA, OSAE, COJ, ASJP, SMMP, SOJ e SFJ Discussão na generalidade agendada para a sessão plenária de 9 de julho

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	CONSULTAS A PROMOVER
PJL 883/XIV/2.ª (PAN)	<a href="#">Regula o acorrentamento e o alojamento em varandas e espaços afins dos animais de companhia, procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro</a> <b>Obs:</b> Conexão com a 1.ª Comissão Competente Comissão de Agricultura e Mar	22-06-2021	23-06-2021	Comunicado à CAM que a 1.ª Comissão não efetuará nenhum procedimento, sem prejuízo de acompanhar o processo legislativo	----- ----- --
PJL 884/XIV/2.ª (PS)	<a href="#">Desenvolve o regime do artigo 6.º da Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, assegurando o apoio às entidades privadas que exerçam atividades de verificação de factos e de atribuição de selos de qualidade</a>	24-06-2021	24-06-2021	30-06-2021	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) CSM, CSMP, CSTAF, OA, CNPd, ERC e CNCS 30-06-2021
PJL 885/XIV/2.ª (PSD)	<a href="#">Revogação da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril, relativa ao regime</a>	24-06-2021	24-06-2021	30-06-2021	Deputada Isabel

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL

	<a href="#">excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença covid-19</a>				Rodrigues (PS) CSM, CSMP e AO 30-06-2021
PJL 886/XIV/2.ª (CDS-PP)	<a href="#">Cessação de vigência do regime excecional de medidas de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça no âmbito da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, constante da Lei n.º 9/2020, de 10 de abril</a>	24-06-2021	24-06-2021	30-06-2021	Deputada Isabel Rodrigues (PS) CSM, CSMP e AO 30-06-2021
PJL 888/XIV/2.ª (CDS-PP)	<a href="#">Elimina da Lei n.º 27/2021, de 17 de maio (Carta Portuguesa de Direitos Humanos na era digital) a criação do conceito de desinformação e a previsão de apoios e incentivos estatais à atribuição de selos de qualidade a órgãos de comunicação social.</a>	29-06-2021	29-06-2021		Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) CSM, CSMP, CSTAF, OA, ERC e CNCS 30-06-2021
PJL 890/XIV/2.ª (IL)	<a href="#">Protege a liberdade de expressão online</a>	29-06-2021	29-06-2021		Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) CSM, CSMP, CSTAF, OA, ERC e CNCS 30-06-2021

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIACÃO EM COMISSÃO
-----------	---------	---------------------	----------------	------------------	--------------------------------------

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

					<b>OU EM PLENÁRIO</b>
<b>PJR 1355/XIV/2.ª (CH)</b>	<a href="#">Pela definição de quotas máximas à imigração proveniente de países islâmicos</a>	<b>22-06-2021</b>	<b>23-06-2021</b>	30-06-2021	<b>Em Plenário</b>
<b>PJR 1358/XIV/2.ª (BE)</b>	<a href="#">Pela criação de uma campanha nacional de informação para o voto das pessoas migrantes nas eleições autárquicas</a>	<b>24-06-2021</b>	<b>24-06-2021</b>	30-06-2021	<b>Em Comissão</b>
<b>PJR 1363/XIV/2.ª (PSD)</b>	<a href="#">Recomenda ao Governo que concretize a construção do novo Centro de Formação da Guarda Nacional Republicana (GNR) em Portalegre</a>	<b>24-06-2021</b>	<b>24-06-2021</b>	30-06-2021	<b>Em comissão</b>

O Senhor Presidente deu ainda conta à Comissão das iniciativas que haviam baixado à Comissão em 25 de junho para discussão e votação na especialidade e para nova apreciação:

**PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE**

- Proposta de Lei n.º 89/XIV/2.ª (GOV) – Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2019/1153, relativa à utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais;
- Proposta de Lei n.º 98/XIV/2.ª (GOV) – Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário;
- Projeto de Lei n.º 553/XIV/2.ª (PSD) – Introdz mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos judiciais, procedendo à décima alteração ao Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho;
- Projeto de Lei n.º 591/XIV/2.ª (PSD) – Introdz mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal, procedendo à sétima alteração ao código de processo nos tribunais administrativos, aprovado pela lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e à trigésima terceira alteração ao código de procedimento e do processo tributário, aprovado pelo decreto-lei n.º 433/99, de 26 de outubro;

**SEM VOTAÇÃO PARA NOVA APRECIÇÃO (POR 60 DIAS)**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

- Proposta de Lei n.º 90/XIV/2.ª (GOV) – Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, implementando medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção;
- Proposta de Lei n.º 91/XIV/2.ª (GOV) – Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União;
- Projeto de Lei n.º 798/XIV/2.ª (PCP) – Criminalização do enriquecimento injustificado (52.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março e 7.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho);
- Projeto de Lei n.º 866/XIV/2.ª (CDS-PP) – Criação do Regime de Proteção do Denunciante;
- Projeto de Lei n.º 868/XIV/2.ª (CDS-PP) – Criação do Estatuto do Arrependido;
- Projeto de Lei n.º 869/XIV/2.ª (CDS-PP) – Procede à vigésima alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de julho, que Aprova o Estatuto dos Magistrados Judiciais, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias;
- Projeto de Lei n.º 870/XIV/2.ª (CDS-PP) – Procede à segunda alteração da Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, que Aprova o Estatuto do Ministério Público, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias;
- Projeto de Lei n.º 875/XIV/2.ª (PSD) – Aprova medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira, procedendo à alteração do Código Penal e de legislação conexas;
- Projeto de Lei n.º 876/XIV/2.ª (PSD) – Trigésima oitava alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro;
- Projeto de Lei n.º 879/XIV/2.ª (PAN) – Aprova o Estatuto de Proteção do Denunciante;
  
- Projeto de Lei n.º 641/XIV/2.ª (PAN) – Consagra mecanismos de transparência e escrutínio na distribuição dos processos judiciais, alterando o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho;
- Projeto de Lei n.º 749/XIV/2.ª (PEV) – Procede à revogação das Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (vistos gold);
- Projeto de Lei n.º 799/XIV/2.ª (PCP) – Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal.

Não havendo iniciativas europeias para distribuir, foi anunciada a baixa dos seguintes projetos de voto, a discutir e votar numa próxima reunião da Comissão:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

Votos de Saudação	
621/XIV (PS)	De Saudação do Dia Mundial do Refugiado
574/XIV (JKM)	De Saudação à comunidade muçulmana em Portugal, por ocasião do Eid al-Fitr

Em seguida, foram apresentados e apreciados os pareceres sobre as seguintes iniciativas:

- [Proposta de Lei n.º 97/XIV/2.ª \(GOV\)](#) - *Altera a Lei-Quadro das Fundações*, que foi apresentado pelo Relator, Senhor Deputado António Filipe (PCP), após o que intervieram os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Márcia Passos (PSD), após o que o [parecer](#) foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH;
- [Proposta de Lei n.º 101/XIV/2.ª \(ALRAA\)](#) - *Vigésima oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas*, que foi apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), após o que interveio a Senhora Deputada Isabel Rodrigues (PS), após o que o [parecer](#) foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN, do DURP do CH e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira.

Em seguida, teve lugar a discussão e votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.ºs [1241/XIV/2.ª \(NINS CR\)](#) - *Projeto de criação de centros de abrigo social para a comunidade LGBTQI+*; [1280/XIV/2.ª \(BE\)](#) - *Criação de estruturas de apoio multisectorial de âmbito local para as pessoas LGBTI*; e [1288/XIV/2.ª \(Ninsc JKM\)](#) - *Pelo reforço das respostas locais de acesso a alojamento e habitação e pela garantia dos direitos sociais das pessoas da comunidade LGBTQI+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional*.

O Projeto de Resolução n.º 1241/XIV/2.ª (Ninsc CR), deu entrada na Assembleia da República em 3 de maio de 2021, tendo, na mesma data, baixado à Comissão, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República; o Projeto de Resolução n.º 1280/XIV/2.ª (BE) deu entrada em 20 de maio de 2021, tendo baixado à comissão em 25 de maio de 2021, nos termos e



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL

para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do RAR; o Projeto de Resolução n.º 1288/XIV/2.ª (Ninsc JKM) «*Pelo reforço das respostas locais de acesso a alojamento e habitação e pela garantia dos direitos sociais das pessoas da comunidade LGBTI+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional*», deu entrada na Assembleia da República em 20 de maio de 2021, tendo baixado à Comissão em 21 de maio de 2021, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do RAR.

Em 28 de maio de 2021, os 3 Projetos foram aprovados na reunião plenária n.º 72, tendo, na mesma data, baixado à Comissão, para discussão e votação na especialidade, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 128.º do RAR.

Em 23 de junho de 2021, os proponentes apresentaram uma [proposta de proposta de substituição integral](#) da parte deliberativa dos projetos de resolução, para discussão e votação na especialidade.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares e demais forças políticas que integram a comissão, à exceção do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da proposta de substituição da parte deliberativa dos projetos de resolução.

A pedido da Senhora Deputada Lina Lopes (PSD), procedeu-se à votação separada dos pontos constantes da proposta de substituição integral da parte deliberativa dos Projetos de Resolução, da qual resultou a aprovação unanímica dos pontos 2, 3, 4, 5 e 7 e a aprovação dos pontos 1 e 6 com os votos a favor do PS, BE, PCP e Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PSD, na ausência do CDS-PP, PAN e DURP do CH.

O texto final seria subsequentemente submetido a votação final global pelo Plenário da Assembleia da República, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação e votação dos seguintes requerimentos:



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

A) [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN para audição com carácter de urgência da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade no seguimento da não assinatura da carta sobre direitos LGBTI+ na Hungria – que, na ausência do PAN, foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e DURP do CH, sendo deliberado cometer à SIND a realização da audição;

B) [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do encarregado da proteção de dados da Câmara Municipal de Lisboa, Luís Feliciano, por considerar que, após a audição do Presidente da Câmara de Lisboa ficaram ainda por esclarecer muitas questões que envolvem esta polémica da divulgação de dados pessoais. Intervieram no debate, após a apresentação pelo Senhor Deputado Duarte Marques (PSD), as Senhoras Deputadas Isabel Almeida Rodrigues (PS) e Alma Rivera (PCP), que declararam não acompanhar o requerimento, após o que este foi rejeitado, com votos contra do PS e do PCP e a favor do PSD, BE, CDS-PP e Deputada Ninsc Joacine Katar Moreira, na ausência do PAN e do DURP do CH;

C) Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Plataforma Sindical formada pela Associação Sindical dos Conservadores de Registo (ASCR), pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado (STRN) e pelo Sindicato Nacional dos Registos (SNR), para expor os problemas que afetam o sector dos registos e notariado cuja apreciação e votação foi adiada, a solicitação da Senhora Deputada Alma Rivera (PCP);

D) Requerimentos sobre a alegada disponibilização por entidades públicas de dados de cidadãos, utilizadores dos respetivos sítios na *Internet*, para exploração comercial pela Google e outras empresas,

- para audição da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a requerimento do PCP (em conjunto com 13.ª Comissão), BE e [PSD](#). Estes requerimentos não foram submetidos a votação, tendo o Senhor Presidente sugerido que pudessem ser abordados na audição regimental da Senhora Ministra na 13.ª Comissão, agendada para o dia 7 de julho, pelo que sinalizaria essa possibilidade ao Presidente daquela Comissão, para que os Deputados da CACDLG pudessem interpelar a Senhora Ministra sobre a matéria naquela sede, apenas realizando audição autónoma caso aquela não se revelasse suficientemente explicativa;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

- para audição do Eng. Lino Santos, Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) previamente à audição da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a [requerimento do PS](#) – aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH;
- para audição da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a [requerimento do BE](#) (como ponto adicional da audição de 1 de julho) e [do PSD](#) – aprovados por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH.

Adiado o ponto sétimo a solicitação do Grupo Parlamentar do PSD, e no ponto relativo a outros assuntos, o Senhor Presidente deu conta:

- de que haviam sido recebidas candidaturas a órgãos externos para a eleição de 2 de julho apenas para o CFSIRP e ao CFSIIC, havendo apenas uma audição por realizar (uma vez que os restantes candidatos se mantêm), da Senhora Dep. Isabel de Almeida Rodrigues, que teria lugar no subsequente dia 1 de julho, quinta, às 14h;
- de que haviam sido redistribuídas à 14.ª Comissão (Transparência e Estatuto dos Deputados) as iniciativas legislativas sobre lobbying, que aguardam discussão e votação na especialidade:
  - P JL 30 (CDS-PP) - [Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses \(“LOBBYING”\)](#)
  - P JL 181 (PAN) - [Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa \(procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março\)](#)
  - P JL 253 (PS) - [Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses.](#)

Às 10 horas, teve início a audição da Senhora Ministra de Estado e da Presidência, nos termos do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, iniciou os trabalhos dando as boas-vindas à Senhora Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, bem como à Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, à Senhora Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, e ao Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, André Moz Caldas, enquadrando a audição ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República e explicitando o procedimento da mesma.

Após a intervenção inicial da Senhora Ministra, e no âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra as Senhoras Deputadas Lina Lopes (PSD), Emília Cerqueira (PSD), Isabel Moreira (PS), Susana Amador (PS), Beatriz Gomes Dias (BE), Fabíola Cardoso (BE), Alma Rivera (PCP) e Inês de Sousa Real (PAN). A Senhora Ministra respondeu individualmente, e seguidamente a cada intervenção, às questões colocadas.

Na segunda ronda, intervieram as Senhoras e Senhores Deputados Emília Cerqueira (PSD), Elza Pais (PS), Beatriz Gomes Dias (BE), Alma Rivera (PCP), Susana Amador (PS), Fabíola Cardoso (BE), Duarte Marques (PSD), Francisco Oliveira (PS) e Sara Madruga da Costa (PSD), tendo a Senhora Ministra e os Senhores Secretários de Estado respondido ao conjunto das questões no final.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da Senhora Ministra e dos respetivos Secretários de Estado, dando por concluída a audição.

A audição foi [gravada em vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 27 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2021

O Presidente da Comissão

*(Luís Marques Guedes)*



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)  
Francisco Pereira Oliveira (PS)  
Isabel Alves Moreira (PS)  
Isabel Rodrigues (PS)  
Joana Sá Pereira (PS)  
José Magalhães (PS)  
Pedro Delgado Alves (PS)  
Romualda Fernandes (PS)  
André Neves (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Luís Marques Guedes (PSD)  
Márcia Passos (PSD)  
Mónica Quintela (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
Beatriz Gomes Dias (BE)  
José Manuel Pureza (BE)  
João Oliveira (PCP)  
Telmo Correia (CDS-PP)  
Inês De Sousa Real (PAN)  
André Ventura (CH)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Paulo Porto (PS)  
Susana Amador (PS)  
Carlos Peixoto (PSD)  
Duarte Marques (PSD)  
Fernando Negrão (PSD)  
Lina Lopes (PSD)  
Marta Freitas (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais (PS)  
Isabel Oneto (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 73/XIV/2.ªSL**

André Coelho Lima (PSD)  
Joacine Katar Moreira (NINSC)